

## A PRODUÇÃO CIENTÍFICA GEOGRÁFICA E A IMPLEMENTAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DA DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Cíntia Cristina Lisboa da Silva<sup>1</sup>

Adir Fellipe Silva Santos<sup>2</sup>

Felipe Eduardo Melo dos Santos<sup>3</sup>

Joseli Maria Silva<sup>4</sup>

### RESUMO

Toda produção científica é marcada por privilégios, fruto dos embates de poder em um determinado campo de saber. O privilégio da branquitude é um dos mais evidentes na produção de conhecimento que tem sido enfrentado pela obrigatoriedade da inserção da história e cultura afro-brasileira nos currículos da educação no Brasil, por meio das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Este artigo tem como objetivo compreender como a geografia brasileira contemplou a implementação da obrigatoriedade da discussão étnico racial no ensino. Para cumprir tal meta de pesquisa, foi realizado um levantamento das respectivas leis no Observatório da Geografia Brasileira (OGB) que atualmente está composto de 28.823 artigos, oriundos de 98 revistas *on-line* da área da Geografia que cobre um período temporal de 1939-2020 e estão classificadas pelo Sistema Qualis-CAPES (quadriênio 2013-2016). Foram encontrados apenas 39 artigos que abordam o tema, sendo eles produzidos majoritariamente por geógrafos negros, oriundos de instituições públicas do sudeste, sul e centro-oeste. Tal produção é recente e as referências bibliográficas são predominantemente masculinas, havendo apenas uma mulher ocupando centralidade no conjunto de referências dos artigos.

**Palavras-chave:** Epistemologia; Relações étnico-raciais; Leis 10.639/03 e 11.645/08; educação geográfica.

### The geographical scientific production and the mandatory implementation of ethnic-racial discussion in Brazilian education.

### ABSTRACT

All scientific production is marked by privileges originated in power struggles within certain knowledge field. The white privilege is one of the most evident in the knowledge production that has been confronted with the mandatory insertion of African-Brazilian history and culture in the education curricula all over the country according to the Laws 10,639/03 and 11,645/08. This article aims to understand how the Brazilian geography participated in the mandatory implementation of the ethnic-racial discussion in education. To achieve such objective, a survey was carried out on the Brazilian Geography Observatory (OGB- Observatório da Geografia Brasileira), which currently shelters 28,823 articles published in 98 online journals in the geography area covering the 1939-2020 period and are classified by the Qualis-CAPES System (2013-2016 quadrennium). Only 39 articles addressing those laws and the relevant theme were found. Such articles were mainly produced by black geographers linked to public institutions from the Southeastern, Southern, and Midwestern regions of the country. Their production is quite recent, and the references include predominantly male authors, while there is only one female author occupying a central position in the set of references of those articles.

**Keywords:** Epistemology; Ethnic-racial relations; Laws 10,639/03 and 11,645/08; Geographical education.

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: cintia.slisboa@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: adirfellipe@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando na licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: geo.femds@gmail.com

<sup>4</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora sênior do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: joseli.genero@gmail.com

## Introdução

O contexto do avanço das políticas públicas de combate ao racismo e a discriminação racial é representante de um marco histórico que temos vivido, em especial nas duas últimas décadas. Em um país marcado por uma trajetória excludente para as pessoas não brancas, em especial, indígenas e negras e negros, é importante lembrar que as conquistas antirracistas são frutos de movimentos sociais, pessoas engajadas e instituições comprometidas com a luta contra a perpetuação do racismo (SILVA, 2023).

As Leis 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008, que tornam obrigatórias as discussões étnico-raciais na educação brasileira, são frutos da luta social que trouxeram importantes conquistas e efeitos positivos para a luta antirracista. Todavia, a sua aplicabilidade deixa a desejar, tendo em vista as poucas disciplinas e ciências que levam a sério o seu cumprimento, bem como os aspectos de formação e divulgação necessárias (SILVA, 2023).

No campo da geografia houve esforços para discussão e implementação das ações preconizadas na referida legislação, que completa duas décadas de existência. Para este artigo analisamos como a produção científica geográfica contemplou a abordagem da obrigatoriedade do enfoque étnico-racial na educação brasileira, enfatizando o perfil de abordagem temática e epistemológica, bem como as características das autorias da produção científica na área.

Para cumprir o objetivo proposto do artigo foi realizado um levantamento de dados no Observatório da Geografia Brasileira (OGB)<sup>5</sup> sendo atualmente composto de 28.823 artigos publicados em 98 revistas on-line nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 de avaliação do Sistema Qualis-Capes (quadriênio 2013-2016), mantidas por instituições geográficas entre 1939-2020. Nesse universo foram encontrados 39 artigos<sup>6</sup>, resultado da busca a partir das expressões “Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08” que podem estar contidas no título, palavras-chave ou resumo. A partir do universo de 38 artigos realizamos uma sistematização com base nas ferramentas descritas em Silva e Silva (2016) em conjunto com a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS) (HIGGINS; RIBEIRO, 2018; FERETTI; JUNCKES; CLEMENTE, 2018).

---

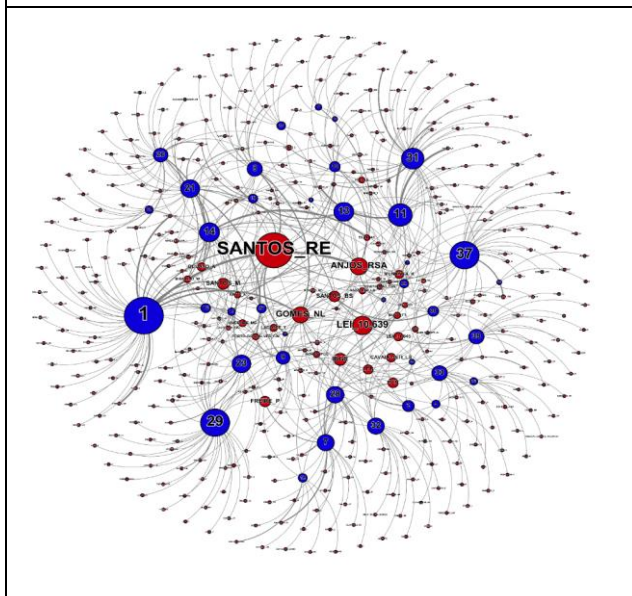
5 O Observatório da Geografia Brasileira (OGB) é um projeto que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) desde 2008. O OGB oferece à comunidade geográfica brasileira, estudantes, professores(as) e pesquisadores(as), a possibilidade de explorar o nosso acervo e produzir análises sobre a Geografia Brasileira. Como a alimentação das informações é constante, é preciso deixar claro que a base foi consultada em julho de 2023.

6 Dos 39 artigos encontrados no levantamento realizado no Observatório da Geografia Brasileira, apenas 38 puderam ser analisados, tendo em vista que existe um artigo cujo PDF não está disponível para leitura completa. Trata-se do artigo “O samba no ensino de Geografia”, de autoria de Altair Caetano, publicado em 2014 na Revista Ensaios de Geografia.

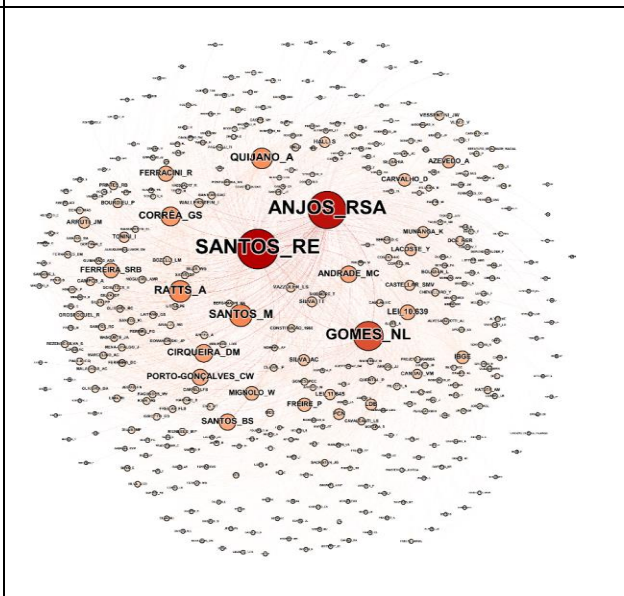
Os elementos informativos dos artigos tais como referências, palavras-chave e autorias foram organizadas em planilhas e padronizadas a partir do *software OpenRefine*<sup>7</sup>. Após o processamento, o conjunto foi submetido à metodologia de análise de redes sociais (ARS), com apoio do *software Gephi*.<sup>12</sup><sup>8</sup>, cujas redes iniciais<sup>9</sup> podem ser visualizadas nas figuras 1 e 2<sup>10</sup>.

A rede inicial bimodal foi composta de artigos e referências, contém 429 nós e 623 arestas. Do total, 38 (nós azuis) se referem aos artigos e 391 (nós vermelhos) são relativos às referências. Esta rede inicial foi submetida a uma projeção multimodal, gerando a rede unimodal formada apenas pelas referências (ver figura 2). A projeção consiste na supressão dos nós de artigos e o estabelecimento da meta relação das referências entre si. Esta rede unimodal inicial é formada por 391 referências, conectadas por 2.654 arestas (ligações).

**Figura 1 - Grafo de rede bimodal de artigos e referências de artigos produzidos por homens e mulheres sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08**



**Figura 2 - Grafo de rede unimodal de artigos e referências de artigos produzidos por homens e mulheres sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08**



**Fonte:** Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2023.  
Organização própria.

7 Disponível em <<http://openrefine.org>>.

8 Disponível em <<https://gephi.org/>>

9 Os arquivos no formato '.csv' utilizados para a montagem das redes estão disponíveis para verificação e teste em: <<https://www.kaggle.com/datasets/datarepository/ensino-geo-racial>>

10 Em ambos os grafos o *layout* utilizado é o *Fruchterman-Reingold*, o tamanho dos nós e a espessura das arestas estão dimensionados conforme o grau ponderado (métrica que considera o número de ligações de um nós associado ao peso das suas ligações). Na figura 1 os nós estão coloridos de acordo com o tipo. Na figura 2 os nós estão coloridos de acordo com o gradiente de grau ponderado.

A partir da rede unimodal inicial (figura 2) foram realizadas as explorações topológica e modular, examinadas na sequência que permitiram a identificação das hegemonias de referências e relacionamentos entre elas.

Apresentamos o artigo dividido em três seções. Na primeira seção apresentamos reflexões sobre o debate teórico que envolveu as Leis 10.639/03 e 11.645/08 no campo da geografia. Na segunda seção exploramos os elementos que compõe os artigos tomados por base em termos de identificação temática e autoral, explicitando as particularidades da espacialização das instituições produtoras de artigos sobre o tema, bem como os atributos de gênero. Na terceira e última seção explanamos sobre as principais influências teóricas do material científico analisado.

### **Saber, poder e a urgência da diversidade na produção de conhecimento**

O campo científico é uma das formas mais poderosas de produção de ‘verdades’ para manutenção de características das colonialidades em todos os níveis educacionais, do infantil ao superior. Com isso, queremos dizer que há uma ideologia de poder e do saber a partir da ótica ocidental que opera na forma que produzimos e divulgamos a ciência (BORJA; PEREIRA, 2018) e a educação.

Para Maria Borja e Cleifson Pereira, nos últimos 50 anos, cresceram os estudos e as formas de educar que tensionam o saber e modelo eurocêntrico, o que por sua vez resulta em diversas tendências científicas de ruptura. Na geografia, por exemplo, temos as geografias negras, geografias feministas, geografias das sexualidades, geografia decolonial, geografia da religião, etc, onde: “[essas rupturas] elaboram críticas contundentes a toda forma de colonialismo, mantendo um diálogo profícuo com o pensamento crítico hegemônico” (BORJA; PEREIRA, 2018, p. 244).

Para a autora Joseli Silva (2009), a produção do conhecimento científico geográfico brasileiro foi construída a partir de uma ciência moderna, eurocentrada, em busca da universalidade, objetividade e neutralidade, ela foi responsável por criar um sujeito homogêneo, sendo esse branco, heterossexual e cristão. Para essa mesma autora, a ciência se estrutura em relações de poder, a partir das quais temos resistências no campo da geografia para tratar determinados temas, a exemplos das questões étnico-raciais.

Os cursos de graduação de licenciatura em geografia são os responsáveis por formar professores que trabalharão essa disciplina no contexto escolar. Para Borja e Pereira (2018), há um amplo campo na educação para buscar compreender a maneira com que o racismo e o patriarcalismo atravessam as instituições, além da maneira com que inicialmente, africanas/os e seus descendentes, além de indígenas, foram impedidos de acessar os espaços educacionais a partir da matriz colonial.

Tal reflexão também está presente no pensamento da autora Eugênia Marques (2014), ao desenvolver a ideia dos currículos monoculturais, tendo em vista haver uma perspectiva dominante, sendo esta, por sua vez, a porta-voz de um currículo eurocentrado que não abre margem para narrativas outras, ou próprias.

Para a autora, a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 possibilitou a ressignificação de componentes curriculares sobre a população negra e os povos originários no Brasil, pois, a tais sujeitas e sujeitos, foi relegado um espaço e uma função social estereotipada e subalternizada a partir da branquitude, que a tudo e todos vê e nomeia, menos a si mesma. Atrelado a isso, a autora Gabriela Oliveira (2011), destaca que África foi por muito tempo esquecida nos currículos escolares, não sendo levado em conta as contribuições desse continente para a formação da sociedade brasileira. O que destacamos aqui é que a escola e o currículo que a orienta, foram por muito tempo negligentes ao se referirem à África, isso se colocou como uma tentativa da classe dominante em construir uma identidade europeia no Brasil, deixando os componentes étnico-raciais fora da discussão escolar (OLIVEIRA, 2011).

Historicamente existem tentativas de apagamento e até mesmo de exclusão de negras/os e indígenas dos espaços educacionais. Temos, segundo Borja e Pereira (2018), um rechaçamento institucional por parte de sistemas educacionais de epistemologias outras, como as indígenas e africanas.

A crença da superioridade na epistemologia europeia faz com que também esses espaços sejam hegemônicos em conteúdos advindos da relação entre modernidade e colonialidade. Os autores ainda destacam que essa escolha epistemológica se faz pela busca constante da educação se tornar um projeto de formação para o trabalho, em especial o técnico e acrítico.

No entanto as lutas dos movimentos negros no Brasil indicam a necessidade de repensar a educação em termos de privilégios raciais e como esse aspecto molda cursos de vida, escolhas e possibilidades de existência social. Para Borja e Pereira (2018), com a promulgação da Lei 10.639 em 2003, temos uma reescrita da história com o olhar descolonizador, atrelado a isso, vemos livros didáticos desconstruindo representações estereotipadas e construindo outras narrativas.

Ainda para os autores, a partir das Leis 10.639 de 2003 e a 11.645 de 2008, os currículos escolares são alterados, buscando uma perspectiva multicultural, destacando o epistemicídio histórico ocorrido no Brasil, uma vez que a monoculturalidade europeia foi a que dominou as instituições educacionais brasileiras.

Na geografia, as geógrafas Lorena Souza (2016) e Lorena Souza e Priscila Silva (2019) indicam que as hierarquias coloniais, sobretudo na relação europeu *versus* não-europeu, contribuem para a

dificuldade de uma educação e ensino que construam uma identidade negra positivada, tendo em vista que “a sociedade brasileira perpetua a manutenção da desigualdade social, da discriminação e do racismo por meio de instituições sociais – incluindo a escola” (SOUZA, 2016, p. 5).

Esta dificuldade em valorizar pessoas distintas da branquitude, se dá em arenas de disputas políticas sobre valores e ideologias, como apresentado pelo geógrafo Renato Santos (2011). Para o pesquisador, há um conjunto de tensões que complexificam o processo de aplicação das Leis, criando uma verdadeira arena entre diferentes agentes sociais, como professoras/es, coordenação pedagógica, direção, mães e pais, bem como ativistas do movimento negro.

O geógrafo abre um caminho além do ambiente escolar, indicando que tais disputas são dialéticas também entre academia universitária e o Estado, principais instituições que promovem a produção e difusão de materiais de referências, relações e capacitações para as políticas educacionais, pontos estes fundamentais para a efetividades das Leis.

Para Renato Santos (2011) há fatores reguladores da prática docente, indicando restrições a aplicabilidade da lei, sendo alguns desses fatores: 1) o livro didático, que precisa ser seguido, ou ao menos relacionado; 2) a relação com outros professores de geografia que não reconhecem a importância das Leis; 3) relação com profissionais de outras disciplinas; e, por fim, 4) relações com a coordenação pedagógica e demais agentes da gestão escolar.

Todavia, tais tensões e fatores reguladores ultrapassam o ambiente escolar. Ainda que se refira a um ambiente educacional, a universidade não aparenta ser mais múltipla e plural do que as escolas. Sendo assim, concordamos com Arnóbio Souza Júnior (2021) quando o mesmo indica que a ciência geográfica deve ter um compromisso social subsidiado em ideologias e práticas pedagógicas que busquem questionar o *status quo*, promovendo então, uma transformação política na sociedade, rompendo com as estruturas racistas e patriarcais.

Para o geógrafo, o reconhecimento e a valorização da diferença e da pluralidade de sujeitas/os permite o enfrentamento as narrativas universais e hegemônicas, questão custosa para a geografia tradicional que nega sua visão crítica. Dito isto, a relação entre ciência geográfica produzida e divulgada nas escolas e universidades devem dialogar para seu fortalecimento enquanto campo de pesquisa e avanço na aplicabilidade das Leis.

Ademais, o contexto cultural deve ser considerado, já que existe uma trama de tensões e negociações, assim como interesses e ideologias que guiam e orientam a maneira com que será feita a execução dessa legislação, como alerta Marques (2014). Embora haja vários espaços de sociabilidades juvenis, como destacado por Turra Neto (2004), a escola é de fundamental importância. No contexto escolar os educandos passam por processos de construção de suas visões

de mundo e a partir delas criam orientações que os guiarão e indicarão possíveis formas de se posicionar socialmente (OLIVEIRA, 2011).

### **As características temáticas e autorais da produção científica sobre a discussão étnico-racial no ensino da geografia**

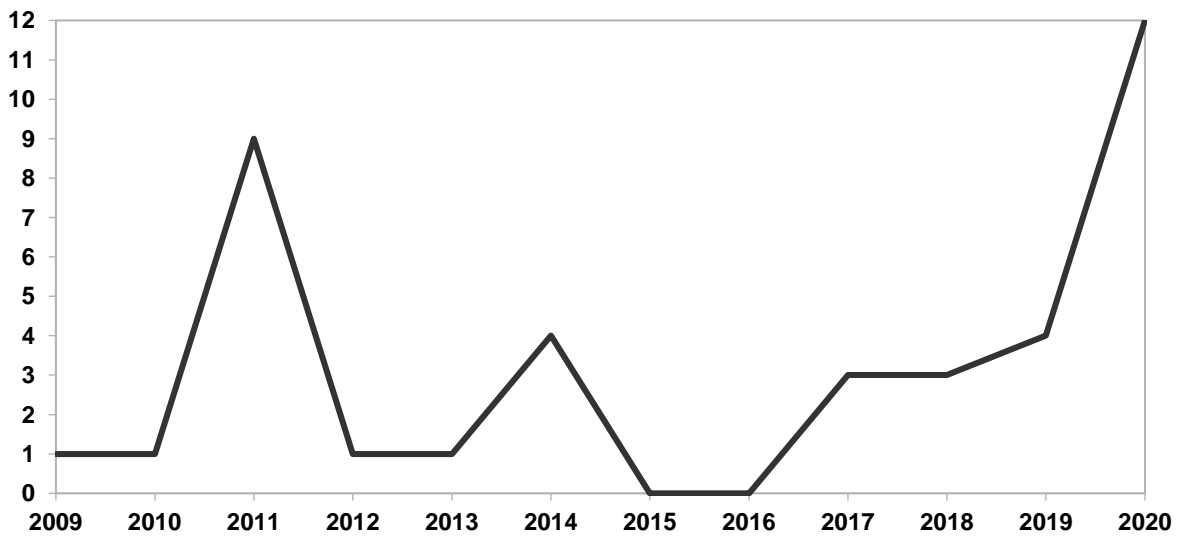
O artigo científico é um dos mais importantes produtos acadêmicos para registro e publicidade de pesquisas na contemporaneidade. Entretanto, uma observação deve ser feita. Ainda que a divulgação científica via artigos *online* seja a principal prática na academia brasileira, reconhecemos que nem todas as pessoas têm as mesmas condições e incentivos de publicação em periódicos qualificados, como já pontuado por Joseli Silva, Tamires Cesar e Vagner Pinto (2015). Para as geógrafas e o geógrafo, há uma tradição ritualística que mantém de modo dominante, e quase inquestionável, a compartimentação de saberes e a consagração de temas, conceitos e agentes produtoras/es de conhecimento, em especial na valoração de homens, brancos, cis, héteros, militares e cristãos.

Deste modo, a presença da discussão racial foge da tradição ritualística apresentada na história do pensamento geográfico, sobretudo em uma perspectiva crítica. Nesse sentido, temas ligados as questões raciais, em especial os que tensionam a branquitude, são temas considerados dissidentes, subalternos, e possuem maior dificuldade de inserção na rede geográfica.

Nas dissertações desenvolvidas por Adir Santos (2022) e Cíntia Silva (2022) observamos que as estratégias de divulgação científica sobre as temáticas raciais em perspectivas críticas, adotadas por pesquisadores(as) da área, são realizadas majoritariamente em revistas científicas fora da geografia. Essa característica evidencia o tensionamento com o campo científico que marginaliza e secundariza tal discussão. Acreditamos que é este contexto que nos faz encontrar apenas 39 trabalhos sobre as Leis em 20 anos na geografia brasileira.

Ao analisarmos temporalmente os artigos, identificamos que apenas 6 anos depois da promulgação da Lei 10.639/03 há a publicação de um artigo sobre o tema em revistas da geografia brasileira, tendo um crescimento significativo em 2011, passando por baixas produções até o ano de 2020, com o máximo de 12 artigos publicados em um único ano, conforme a figura 03 a seguir.

**Figura 03 – Artigos científicos publicados na geografia sobre a educação para relações étnico-raciais no ensino brasileiro.**



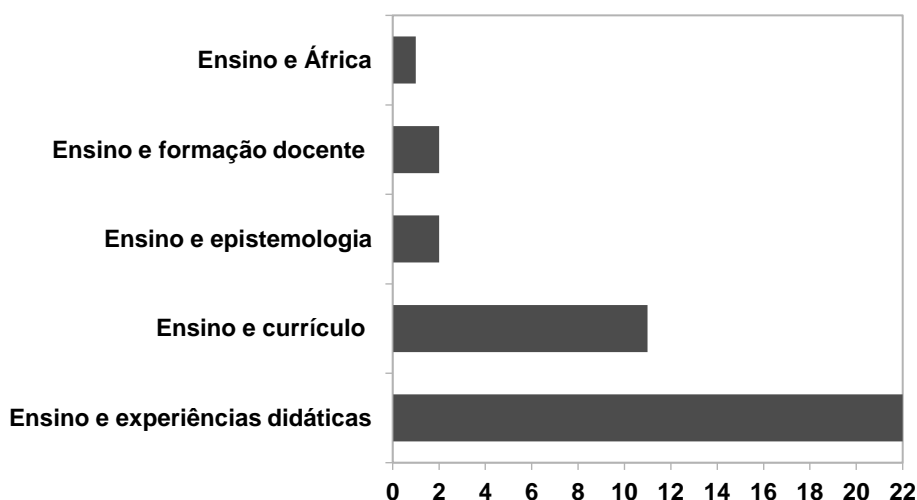
**Fonte:** Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2023.  
Organização própria.

A temporalidade de crescimento dos artigos sobre as Leis, publicados na geografia, coincide com a mesma temporalidade em que houve o aumento na produção de teses e dissertações na geografia brasileira referentes a temática étnico-racial, conforme apresentam Diogo Cirqueira e Gabriel Corrêa (2014), ao indicarem como este debate se amplia na geografia brasileira desde 1994, e exponencialmente a partir dos anos 2000.

A exploração dos temas abordados no conjunto de artigos que tratam das leis 10.639/03 e 11.645/08 evidencia que há tendências hegemônicas de determinados temas na geografia, como pode ser visto na figura 04.



**Figura 04 – Temas abordados nos artigos científicos publicados na geografia sobre a educação para relações étnico-raciais no ensino brasileiro.**



**Fonte:** Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2023. Organização própria.

A maioria dos artigos tratam de experiências didáticas executadas em sala de aula, evidenciando as dificuldades, bem como resultados positivos alcançados junto aos alunos, em uma abordagem crítica sobre a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira e suas relações espaciais. Há uma preocupação em difundir as práticas para facilitar o cotidiano dos professores que sentem dificuldades em implementar essas discussões em sala de aula.

Outro conjunto importante de artigos analisados, é a forma com que o currículo da geografia tem potencialidades em criar conteúdos sobre raça e etnia nas bases curriculares dos níveis médio e fundamental. Inclusive, evidenciando a possibilidade de mudar a perspectiva de ensino de temas clássicos como espaço urbano, região, população e assim por diante.

Os outros temas como 'epistemologia', 'formação docente' e 'África' são minoritários. Isso indica haver uma maior preocupação da implementação da abordagem étnico-racial da educação brasileira nos níveis fundamental e médio do que no ensino superior. Contudo, a universidade é um espaço fundamental para implementação dessa política educacional, já que é a partir dela que professores são formados para atuar nas escolas, bem como, é também ela a responsável pela constituição epistemológica do campo da geografia por meio da produção científica.

O total de artigos foram produzidos por 58 pessoas, dentre as quais, 60% são homens e 40% mulheres. Tamires Cesar e Joseli Silva (2021) afirmam que a ciência geográfica brasileira é hegemonicamente masculina, o que é também comprovado na produção científica sobre a

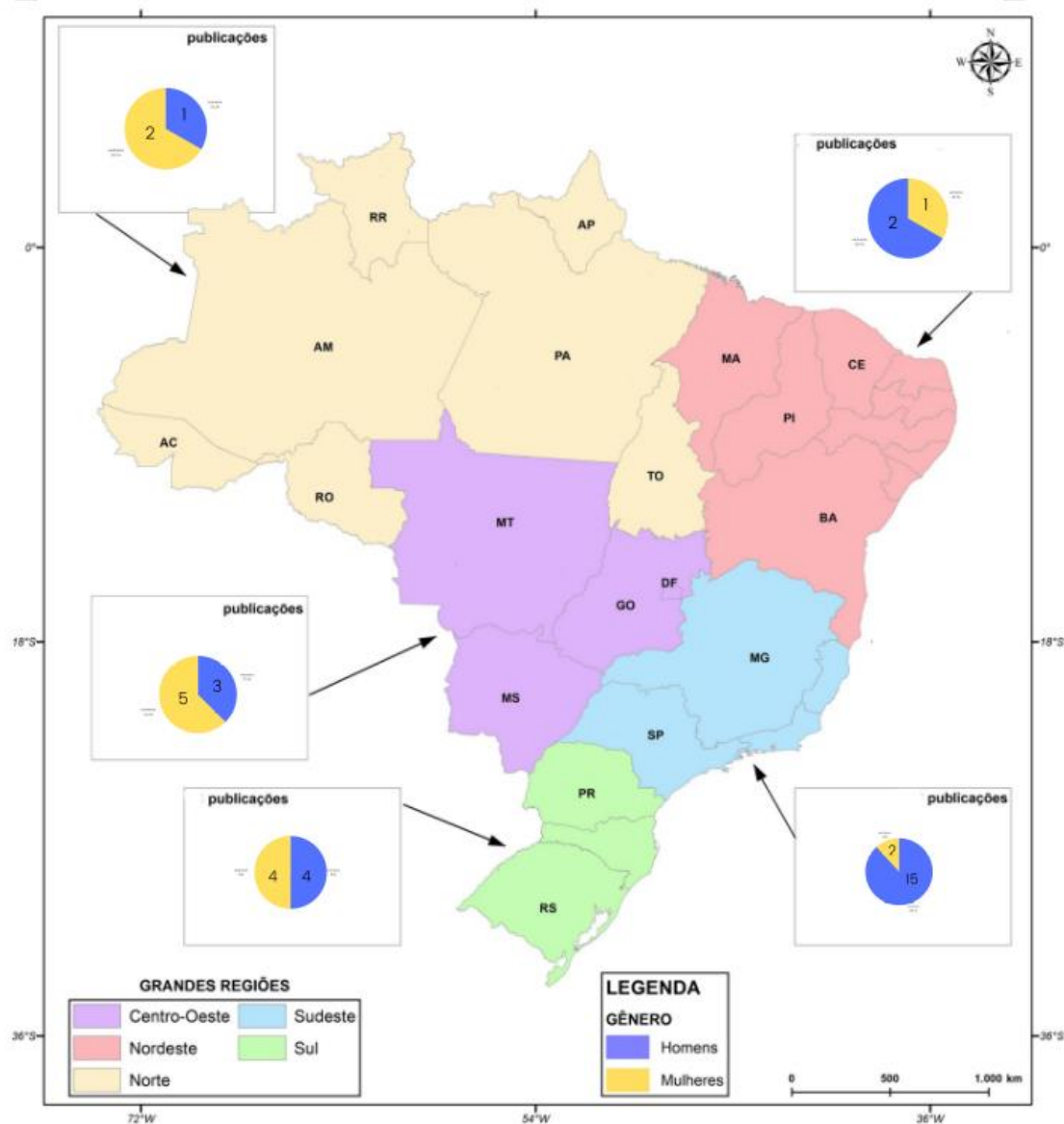
abordagem étnico-racial na educação. Além de masculina, a geografia é branca e isso dificulta duplamente a visibilidade das mulheres negras no mundo científico.

Cíntia Silva (2022) investigou a trajetória científica de mulheres negras e comprovou haver hegemonia masculina no campo de produção de artigos sobre racialidades. Em sua pesquisa ela evidencia a dificuldade das mulheres negras em se manterem produtivas no mundo da pesquisa. As pesquisadoras negras apontam que além de serem oriundas de famílias de baixos rendimentos, enfrentam dificuldades para ingresso e permanência no mundo acadêmico. Assim, apesar de realizarem mestrado e doutorado, acabam atuando nos níveis fundamental e médio, desempenhando uma carga horária extenuante. Isso dificulta o cotidiano da produção científica que implica tempo para realização de pesquisas.

Assim, os homens possuem espaço de privilégio na geografia que discute as questões étnico-raciais, mas também são super representados na área da geografia como um todo, como apontam Joseli Silva, Tamires César e Vagner Pinto (2015). Lélia Gonzalez (1988) argumenta ser comum o apagamento das mulheres, sobretudo as racializadas colonialmente, no mundo da produção científica.

Por fim, em relação à distribuição espacial, é possível verificar na figura 05 a permanência de um padrão já verificado por Adir Santos (2022) e Cíntia Silva (2022) que exploraram a produção científica sobre racialidades no Brasil.

**Figura 05 - Divisão por gênero da procedência regional da primeira autoria dos artigos sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/08 na geografia brasileira**



**Fonte:** Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2023.

Organização própria.

Em relação a procedência da discussão da educação e a abordagem étnico-racial, as regiões que mais originaram os artigos em ordem decrescente são: sudeste (17 artigos), sul (8 artigos), centro-oeste (8 artigos), norte (3 artigos) e nordeste (3 artigos). Dividindo as autorias de cada região por gênero, identificamos que apenas nas regiões centro-oeste e norte o número de mulheres em primeira autoria é maior, sendo respectivamente: 5 mulheres e 3 homens, e 2 mulheres e 1 homem, conforme figura 05.

Mais uma vez os resultados vão de encontro com a produção que vem sendo apresentada na geografia, tanto no trabalho desenvolvido por Diogo Cirqueira e Gabriel Corrêa (2014), quanto na

tese de Mariza Santos (2022), a maior parte dos trabalhos sobre a questão étnico-racial encontrados em teses e dissertações, também são provenientes do sudeste.

Nos trabalhos citados acima, é sugerido que essa relação com o sudeste pode estar vinculada ao fato da região possuir mais programas de pós-graduação em geografia se comparado as outras regiões, além de também concentrar os programas mais antigos, o que certamente influencia nessa centralidade de produção tanto em teses e dissertações como nos artigos *online*.

### **A centralidade masculina na conquista de capital científico na produção geográfica sobre educação e abordagem étnico-racial no Brasil**

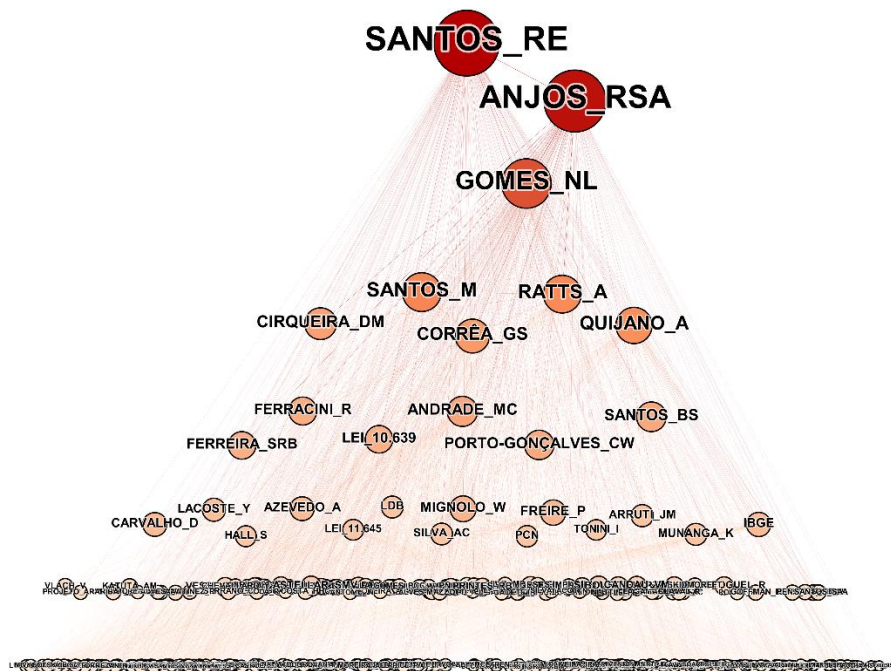
Um campo científico se estrutura identitariamente por conceitos e metodologias produzidos por pessoas que disputam entre si posições de poder. Ao analisar a estruturação de campos científicos Pierre Bourdieu (2004) argumenta sobre a conquista de reconhecimento e legitimação de determinadas pessoas por seus pares científicos. O prestígio e a tradição se mesclam com aquilo que é produzido como enunciados científicos. Para ele o capital científico é “uma forma particular de capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de reconhecimento)” (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Assim, ser referenciado por meio de citações cria uma espécie de círculo virtuoso que possibilita determinadas pessoas alcançarem centralidade em um determinado campo, conforme aponta Vagner Pinto (2022). Cíntia Silva (2022) e Adir Santos (2022) evidenciaram em suas pesquisas a centralidade dos homens na produção acadêmica sobre racialidades, demonstrando que há, nesse campo um domínio masculino nos rituais de citação acadêmica.

No conjunto de artigos tomados por base que discutem a implementação da obrigatoriedade da abordagem étnico-racial na educação brasileira, há uma tendência de centralidade em torno de poucos nomes masculinos. Na figura 06, é possível identificar este argumento.

A exploração topológica da rede de referências, detalhada pelas métricas da figura 07, evidencia a hierarquização de determinadas pessoas que são legitimadas por seus pares na abordagem desse tema na geografia brasileira.

**Figura 06 - Grafo de rede unimodal topológica de referências de artigos produzidos por homens e mulheres sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08**



**Fonte:** Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2023.

Organização própria.

**Figura 07 - As principais referências organizadas por grau ponderado**

Referências	Grau	Grau ponderado
SANTOS_RE	220	682
ANJOS_RSA	168	637
GOMES_NL	153	484
SANTOS_M	129	356
RATTSA_A	87	343
QUIJANO_A	123	327
CORRÊA_GS	61	296
CIRQUEIRA_DM	46	272
ANDRADE_MC	123	250
SANTOS_BS	104	245

**Fonte:** Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2023.

Organização própria.

É importante destacar a centralidade do professor Renato Emerson dos Santos (SANTOS\_RE), que atualmente é professor adjunto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). O professor Renato, é atuante no debate sobre as racialidades, principalmente sobre a Lei 10.639/03 e o ensino de geografia, tendo dois artigos sobre a Lei, levantados nos periódicos de geografia.

Além do professor Renato Emerson, temos como centralidade de discussão o professor Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (ANJOS\_RSA), que tem como grau ponderado 637 meta-relações com as demais referências. O professor Rafael Sanzio é Professor Pesquisador Sênior do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação e do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília (UnB). Cabe ressaltar que sua atuação está voltada nas discussões em torno das racialidades, mais especificamente sobre a cartografia e mapeamento das comunidades quilombolas. Como identificado por Adir Santos (2022), o professor Rafael Sanzio figura como uma das principais autorias sobre as racialidades na geografia brasileira, em relação aos artigos científicos em periódicos nacionais. Mas no levantamento realizado sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/08, não foi encontrado nenhum artigo de sua autoria.

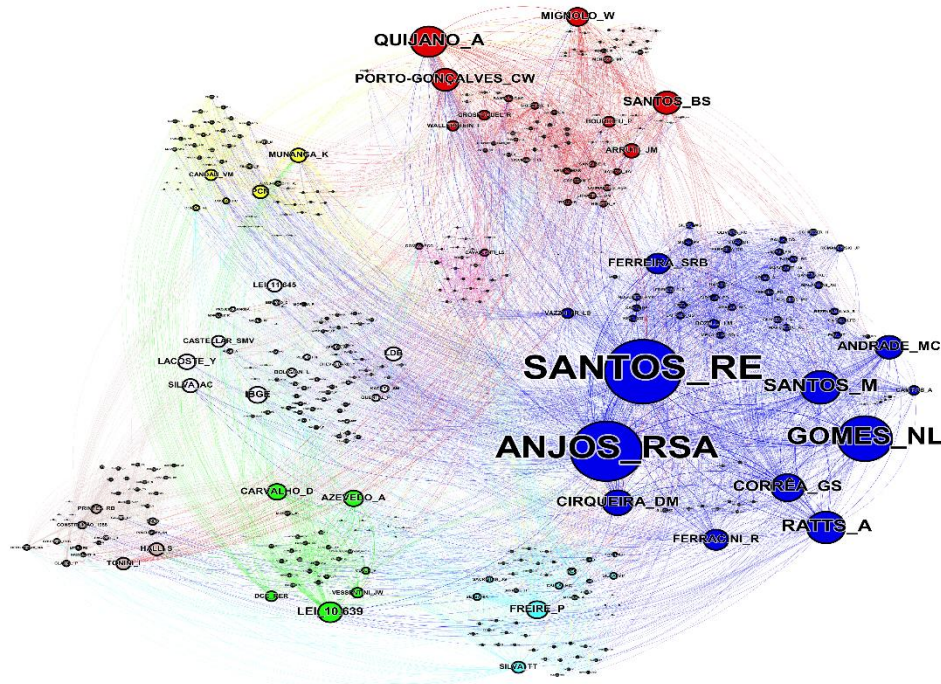
A única mulher que figura nesse seletor conjunto de referências, a professora Nilma Lino Gomes (GOMES\_NL), não é da geografia. Ela é professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mesmo não sendo da área de geografia, tem importância nacional no debate das racialidades, produzindo estudos sobre educação e as relações raciais, bem como sobre ensino e a Lei 10.639/03.

Além dessas principais referências, ainda temos, Milton Santos (SANTOS\_M), Alex Ratts (RATTS\_A), Aníbal Quijano (QUIJANO\_A), Gabriel Siqueira Corrêa (CORRÊA\_GS), Diogo Marçal Cirqueira (CIRQUEIRA\_DM), Manuel Correia de Andrade (ANDRADE\_MC) e Boaventura de Sousa Santos (SANTOS\_BS). Dentro desses autores, Aníbal Quijano e Boaventura de Sousa Santos, sendo pesquisadores estrangeiros, além de serem os que não são da área da geografia, mas com importantes discussões sobre colonialidade, decolonialidade e epistemologias do sul. Já as demais autorias, dentro das dez principais, são autores da geografia brasileira.

Quando se trata das autorias dos artigos sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/08 e se faz a relação com as principais referências utilizadas, identificamos somente duas autorias a partir do levantamento das Leis, que é o professor Renato Emerson dos Santos com dois artigos publicados e Gabriel Siqueira Corrêa, com uma publicação. Isso demonstra que as principais referências não têm como foco principal a discussão em torno das referidas Leis, essa característica pode ser observada nos dados levantados por Adir Santos (2022), em que as reflexões sobre o ensino nos artigos sobre as racialidades, em periódicos de geografia de 2001 a 2018, não tem esse debate como central, figurando como periférico nas publicações.

Para exemplificar melhor a relação entre as referências, foi utilizada a exploração modular da rede de referências, que pode ser visualizada na figura 08<sup>11</sup>. A modularidade permite observar a formação de comunidades de referências, ou seja, o compartilhamento de autoras/es referenciadas em um mesmo artigo.

**Figura 08 - Grafo de rede unimodal modular de referências de artigos produzidos por homens e mulheres sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08**



**Fonte:** Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2023.

Organização própria.

O grafo de rede modular expressa a formação de oito comunidades em diferentes cores. As duas mais importantes são a comunidade azul e a comunidade vermelha. A comunidade azul é formada hegemonicamente por pessoas do campo da geografia, sendo que das dez principais referências apontadas na figura 07, oito delas pertencem à esta comunidade. Além disso, nessa comunidade figuram intelectuais epistemologicamente importantes na geografia brasileira como Milton Santos. A comunidade vermelha expressa um debate mais voltado para a colonialidade, tendo como principal nome Aníbal Quijano, seguido por Boaventura de Sousa Santos, Carlos Walter Porto-Gonçalves (PORTO-GONÇALVES\_CW) e Walter Mignolo (MIGNOLO\_W). Esses nomes são

11 Para essa rede foi utilizada a resolução padrão 1.0 e o Layout *Circle Pack Layout*.

importantes nas discussões sobre as relações de poder na ciência, além do debate da decolonialidade e colonialidade.

A figura 09 demonstra as métricas das principais ligações entre as referências dos artigos analisados.

**Figura 09 - As 10 principais ligações entre as referências**

Referência	Referência	Peso
ANJOS_RSA	SANTOS_RE	32
ANJOS_RSA	RATTS_A	30
ANJOS_RSA	GOMES_NL	27
GOMES_NL	SANTOS_RE	26
ANJOS_RSA	CIRQUEIRA_DM	24
ANJOS_RSA	CORRÊA_GS	24
ANJOS_RSA	SANTOS_M	22
AZEVEDO_A	CARVALHO_D	20
ANJOS_RSA	FERREIRA_SRB	19
CORRÊA_GS	GOMES_NL	19

**Fonte:** Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2023.

Organização própria.

A ligação entre Rafael Sanzio e Renato Emerson é central no debate sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/08.

As duas principais comunidades de referências dialogam entre si, mas não são interdependentes. Enquanto a comunidade azul centra suas análises nas questões negras, a comunidade vermelha se dedica ao debate dos saberes indígenas.

### Considerações finais

Este artigo evidenciou a forma como a geografia brasileira contemplou a implementação da obrigatoriedade da discussão étnico-racial no ensino, tendo como base as Leis 10.639/03 e 11.645/08. Foi demonstrado haver um número reduzido de artigos que abordam as referidas leis nos periódicos da área da geografia. Dentre os artigos analisados há tendências de produzir análises majoritariamente em torno das experiências didáticas e dos currículos da geografia nos níveis fundamental e médio, havendo carência de uma análise do nível do ensino superior.

A produção é hegemonicamente masculina, aspecto já verificado em outros trabalhos de cunho epistemológico e sobre o mapeamento em trabalhos sobre racialidades, bem como foi evidenciado haver uma maioria de artigos provenientes de instituições de pesquisa localizadas na região sudeste, seguida do sul e centro-oeste.



O capital científico da área está concentrado em referências masculinas, tendo os pesquisadores Renato Emerson dos Santos e Rafael Sanzio Araújo dos Anjos como seus principais expoentes. Das dez principais referências dos artigos da área, nove são homens e somente uma autora feminina, sendo uma pesquisadora que não é do campo da geografia.

Portanto, a geografia brasileira, além de produzir pequena discussão sobre a educação geográfica e suas relações étnico-raciais, também apresenta uma característica onde podemos afirmar que aquilo que é produzido tem invisibilizado o papel das mulheres como atuantes neste campo de produção científica.

## Referências

BORJA, Maria; Pereira, Cleifson. As leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08: reflexões a partir do pensamento crítico acerca da colonialidade do saber. *Revista Cenas Educacionais*, v. 1, n. 1, p. 242 – 270, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

CESAR, Tamires; SILVA, Joseli. Geografia brasileira, poder, gênero e prestígio científico. *Revista da ANPEGE*, v. 17, n. 32, p. 244 – 258, 2021.

CIRQUEIRA, Diogo; CORRÊA, Gabriel. Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. *Revista da ANPEGE*, v. 10, n. 13, p. 29 – 58, 2014.

FERETTI, Vandro Elaino; JUNCKES, Ivan Jairo; CLEMENTE, Augusto Junior. Ciência política e análise de redes: uma metodologia para o mapeamento de comunidades temáticas. *Guaju, Matinhos*, v.4, n.2, p. 229-251, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/57497/37278>>. Acesso em 10 jun. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, v. 9, p. 133 – 141, 1988.

HIGGINS, Silvio Salej; RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. *Análise de redes em Ciências Sociais*. Brasília: Enap, 2018.

MARQUES, Eugênia. Educação e relações étnico-raciais no Brasil: as contribuições das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 para a decolonização do currículo escolar. *Revista Educação Pública*, v. 23, n. 53, p. 553 – 571, 2014.

OLIVEIRA, Gabriela. O Ensino de África nas aulas de Geografia e a implementação da Lei 10639/03. *Revista Tamoios*. Ano VII, nº 1, p. 90 – 100, 2011.

PINTO, Vagner. *Geometrias de poder e espacialidades da produção científica da geografia brasileira de 1998 a 2018*. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa, 2022.

PINTO, Vagner; SILVA, Joseli; JUNCKES, Ivan. Hegemonias temáticas, conceituais e de atores da Geografia: O caso da revista da Anpege no Brasil. *Revista da ANPEGE: Dourados*, v. 17, n. 32, p. 65-82, 2021.

SANTOS, Adir. *Racialidades e a produção de artigos científicos no conhecimento geográfico brasileiro entre 2001 e 2018*. 2022. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa, 2022.

SANTOS, Mariza Fernandes. *A Geografia e a questão racial: a produção de geógrafos/as negros/as brasileiros/as (1987-2018)*. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

SANTOS, Renato. A Lei 10.639 e o ensino de geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. *Revista Tamoios*. Ano VII, n. 1, p. 4 – 24, 2011.

SILVA, Cíntia. *Silenciamentos da geografia brasileira: interseccionalidade de gênero e raça na produção de artigos científicos após os anos 2000*. 2022. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa, 2022.

SILVA, Edson; SILVA, Joseli. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132-154, 2016. Disponível em: <<https://177.101.17.124/index.php/rlagg/article/view/8041>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SILVA, Joseli. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli (Org.). *Geografias Subversivas: Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli; CESAR, Tamires; PINTO, Vagner. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. *Revista da ANPEGE*, v. 11, n. 15, p. 185 – 200, 2015.

SILVA, Mônica. 20 anos da lei 10.639/03: Insurgências e rupturas no ensino de história. *Revista de história e ensino*. v. 12, n. 25, p. 1 – 5, 2023.

SOUZA JÚNIOR, Arnóbio. Introdução sobre as questões étnico-raciais na escola e na geografia escolar. *Revista Pensar Geografia*, v. 5, n. 1, p. 38 – 54, 2021.

SOUZA, Lorena. As relações etnicorraciais na geografia escolar: desafios metodológicos e pedagógicos. *Revista Produção Acadêmica*, v. 2, n. 2, p. 4 – 19, 2016.

SOUZA, Lorena; SILVA, Priscila. Espaço escolar, autoestima e corporeidade negra: reflexões a partir do espaço Vila Esperança e da Escola Pluricultural Odé Kayodê na cidade de Goiás – GO. *Revista Temporis [Ação]*, v. 19, n. 2, p. 1 – 24, 2019.

TURRA NETO, Nécio. *Enterrado vivo: identidade punk e território em Londrina/PR*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.